

A intransigente luta pela saúde pública e pelo desenvolvimento regional

A 10 de abril foi publicada a Portaria nº 82/2014 que procede à qualificação do parque hospitalar e o seu planeamento estratégico, classificando as instituições hospitalares e serviços do SNS com critérios de base populacional e complementaridade da rede hospitalar para a prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade e proximidade.

Em síntese, é isto que a Portaria visa. Mas o que, na verdade, a Portaria preconiza, claramente e até ao fim de 2015, é a restrição de valências existentes nos diversos hospitais, desclassificando instituições e levando a que os utentes se tenham de deslocar a outros hospitais, com distâncias maiores e com todos os inconvenientes que daí decorrem.

No caso desta região, pode mesmo desaparecer o Hospital de Serpa, ficando o Hospital de Beja com redução de especialidades, assim como o Hospital do Litoral Alentejano. Estão em causa áreas como oftalmologia, cardiologia, otorrinolaringologia, pneumologia, oncologia médica, radioterapia, reumatologia, hematologia e, entre outras, a especialidade de obstetrícia, encerrando assim a maternidade de Beja.

A nossa preocupação é grande, porque esta é uma situação que, a concretizar-se, trará graves problemas a nível de saúde pública, restringindo ainda mais o acesso a este bem essencial por parte de quem mais precisa. Se acrescentarmos as dificuldades já existentes, nomeadamente a falta de médicos em vários concelhos, as condições profissionais deficitárias, as condições materiais precárias nas unidades locais e extensões de saúde, temos sérios motivos de alarme. E, para além disto, temos acessibilidades com elevados níveis de perigosidade, degradadas e com obras por concluir como o IP8 e o IP2; temos o aeroporto de Beja e corremos o risco de não existir a capacidade de resposta rápida para acidentes. Este enorme conjunto de dificuldades não queremos que seja agravado.

Nós, Municípios e CIMBAL, para além das posições tomadas, continuaremos a envidar todos os esforços junto das entidades competentes para que estas medidas não sejam concretizadas. Estamos a trabalhar também com grande proximidade com o Conselho Distrital da Ordem dos Médicos, que partilha das mesmas preocupações, bem como com todos os interessados em defender o Serviço Nacional de Saúde, populações e os profissionais. Urge encontrar os meios e melhores formas de lutar contra estas medidas que a todos prejudicam e que estão a aniquilar o interior do país e a contrariar tudo o que temos feito pelo desenvolvimento e coesão social e territorial.

Beja, 12 de maio de 2014

O Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMBAL

João Manuel Rocha da Silva

